


Douglas Marcato Martins

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 05: O ENSINO DE SOCIOLOGIA E AS POLÍTICAS CURRICULARES NO BRASIL

**PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE A REFORMA DO ENSINO
MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ E MATO GROSSO DO SUL**



Belém, Pará

PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ E MATO GROSSO DO SUL

Douglas Marcato Martins ¹

RESUMO

A reforma do ensino médio, apresentada em 2016 pelo ex-presidente Michel Temer, tinha como proposta a modernização da educação brasileira, que estaria atrasada em relação a outros países. Em sua implantação, foi defendido que os alunos poderiam direcionar sua formação dentro de itinerários formativos, que contemplariam as principais aptidões dos alunos. Esse processo foi duramente criticado por professores e especialistas, que denunciavam que o novo ensino médio traria uma piora na formação dos estudantes de escolas públicas e por possibilitar que atores privados influenciassem a Base Nacional Comum Curricular. Esta pesquisa tem como enfoque a implantação do Novo Ensino Médio dentro dos currículos dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Fizemos uma análise documental das bases curriculares destes dois Estados e entrevistas semi-estruturadas com professores que passaram pelas mudanças curriculares no dia a dia. A escolha de fazer uma análise comparativa se deve ao fato de os Estados terem autonomia na forma de implantar os novos currículos. Nisso, vemos um esvaziamento curricular do ensino médio em ambos os Estados, com a diminuição da carga horária das disciplinas de sociologia, filosofia e artes para dar lugar a projeto de vida e educação financeira; pela falsa ideia de escolha dos itinerários formativos, e uma entrada do capital privado na formulação das políticas educacionais, acompanhada de uma descrença com o resultado que o novo ensino médio trará para a sociedade

Palavras-chave: Novo ensino médio, Neoliberalismo, Currículo, Ensino

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017 que institui o Novo Ensino Médio (NEM), uma nova grade curricular vem sendo implantada em todos o Brasil, dando aos Estados mais autonomia para desenvolver seus currículos para algo fora da base comum curricular. A entrada das disciplinas como projeto de vida, empreendedorismo, pensamento computacional e intervenção comunitária, vêm ganhando espaço dentro dos currículos de ensino médio.

¹ Mestrando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá- UEM, douglmarcato@gmail.com;

Essas disciplinas tendem a apresentar uma proposta de ensino onde o estudante vê sua própria trajetória de vida como algo descolado do resto do contexto social existente, tornando o aluno um “protagonista” da própria realidade, desvinculado de qualquer contexto. Nisso observo que os currículos não veem sendo mais pensados por pessoas da área da educação, devido a própria insatisfação da categoria docente com o futuro que essa nova escola trará como projeto civilizatório, existindo uma opinião formada entre nossa categoria que esse ensino apenas irá recrudescer as desigualdades sociais, tornando os alunos mais desfavorecidos financeiramente, mais vulneráveis aos desafios da vida adulta.

O ponto de partida desse texto vem da minha experiência como professor de ensino médio com a recente reforma curricular, que modificou as disciplinas oferecidas aos estudantes brasileiros. Surge da minha necessidade pessoal de compreender melhor a realidade da educação no Brasil e examinar as medidas tomadas nesse campo nos últimos anos. Após a reforma do ensino médio com a Medida Provisória nº 746, de 2016², anunciada em 22/09/2016, apenas um dia após eu ter iniciado minha carreira docente em um colégio particular na cidade de Cianorte no PR, e desde então vem acompanhando minha trajetória como professor.

É necessário deixar claro, que no aspecto que envolve minha trajetória como profissional da educação com a reforma do ensino médio, me deparei com a realidade avassaladora da mudança que os novos currículos trariam. Me questionei se continuaria trabalhando nessa área, pois quando a reforma do ensino médio foi anunciada, na época era divulgado que apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática continuariam obrigatórias e as outras disciplinas do quadro geral se tornaram apenas eletivas. Os colégios não seriam obrigados a oferecer todas as disciplinas anteriormente ofertadas e seria permitido a contratação de professores com o chamado “notório saber”. Essas afirmações deixam claro que a reforma do ensino médio, tanto para mim quanto para meus colegas foram recebidas como uma ameaça a nossa própria existência como profissionais, que mesmo após algumas dessas propostas serem descartadas, tivemos nosso cotidiano em sala de aula alterado de maneira negativa, com a redução de carga horária e a entrada de disciplinas com pouca fundamentação acadêmica ou finalidade preparatória para as provas de vestibular e ENEM, tais como projeto de vida e educação financeira.

Além disso, essa reforma impactou minha visão sobre a função social da minha carreira. Guiado por uma crença na importância civilizatória do meu papel, sempre me esforcei para que meus alunos aproveitassem ao máximo a disciplina de sociologia, adquirindo conhecimento sobre a sociedade em que estão inseridos. Meu objetivo continua

sendo, capacitá-los a ingressar em uma universidade pública de qualidade, aproveitando todas as oportunidades que esse ambiente oferece, assim como eu fiz no passado. No entanto, a reforma do ensino médio se apresentou como um obstáculo para o meu trabalho com os alunos e para sua entrada no ensino superior público.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

A transformação da política educacional brasileira tem sido um processo em curso há bastante tempo, envolvendo diversos agentes das universidades e do Ministério da Educação (MEC). A discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sido um elemento central nessa reforma. A ideia de reforma do ensino médio da forma atual teve origem na Comissão Especial Para Reformulação do Ensino Médio (CEENSI) (seu requerimento alegava que o ensino médio não correspondia às necessidades profissionais e expectativas dos jovens) por iniciativa do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que promoveu 22 audiências públicas e quatro seminários estaduais que criaram e desenvolveram o relatório do qual foi retirada a minuta do projeto de lei PL 6.840/2013 (Silva e Scheibe, 2017). No entanto, essa iniciativa foi interrompida devido a algumas características problemáticas do projeto, bem como às discussões em torno da reforma da educação. Em 2016, com a ascensão de Michel Temer (MDB) à presidência após o *impeachment* de Dilma Rousseff, houve uma mudança no rumo das políticas nacionais. O novo governo abandonou o plano de governo anterior, utilizado na plataforma Dilma/Temer, e adotou um novo projeto que atendesse aos interesses do mercado financeiro. A mudança foi tão drástica que alterou até os *slogan* de governo, passando de "Pátria Educadora" para "Ordem e Progresso", algo que traz uma imagem preocupante sobre aquilo que viria posteriormente.

A Lei nº 13.415/2017 que altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional, instituindo o Novo Ensino Médio (NEM) estabelece que a carga horária total de aulas anuais passa de 800 horas para 1400 horas, a serem expandidas gradativamente até a chegada da integralidade do ensino, com o mínimo de 200 dias letivos. Além disso, institui a introdução dos itinerários formativos que são disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudos, entre outras, voltadas a áreas específicas do conhecimento. Os itinerários formativos são divididos em grandes áreas tais como: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para que os alunos segundo a justificativa do projeto, pudessem voltar sua formação para aquilo que fosse de seu interesse.

Nas justificativas da reforma do ensino médio estava o discurso de que até então o currículo aplicado, com suas disciplinas e conteúdos, não vinham de acordo com as reais necessidades dos estudantes:

O Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolher o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos. Um currículo que contemple uma formação geral, orientada pela BNCC, e também itinerários formativos que possibilitem aos estudantes aprofundar seus estudos na(s) área(s) de conhecimento com a(s) qual(is) se identificam ou, ainda, em curso(s) ou habilitações de formação técnica e profissional, contribuirá para maior interesse dos jovens em acessar a escola e, conseqüentemente, para sua permanência e melhoria dos resultados da aprendizagem (MEC, 2023).

É fato que havia uma visão pessimista em relação à educação pública no Brasil. A falta de investimento na infraestrutura escolar e na carreira dos professores, juntamente com os constantes ataques de setores conservadores da sociedade, como o Movimento Escola Sem Partido, geraram críticas e desconfiança em relação ao sistema educacional. Esses sentimentos confusos abriram espaço para a implementação da reforma do ensino médio.

As reformas educacionais são caminhos políticos para a concretização de anseios e de modificações da prática social, efetivadas por burocratas que idealizam o modelo de sociedade e das questões inerentes ao Estado, com a finalidade de possibilitar rupturas e permanências na forma de organização na administração pública e nas funções que são de responsabilidade do Estado. Desse modo, todos os governos, por meio de suas concepções políticas, desenvolvem reformas, as quais estão interligadas às necessidades/urgências, geralmente de cunho econômico, sociais de sua época, bem como às mobilizações da sociedade em prol de respostas para as problemáticas em questão (SILVA e CARVALHO, p. 400).

Sobre as disputas que envolveram a formulação curricular do ensino médio Silva e Scheibe (2017) realizaram uma recapitulação dos embates que envolveram o ensino médio desde a formulação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) até a formulação do novo Ensino Médio. Nas audiências públicas da MP 746/16, observou-se um argumento recorrente em defesa desse projeto, que é a necessidade de uma formação voltada para o trabalho devido à falta de vagas no ensino superior para todos os concluintes do ensino médio.

A reforma curricular, concebida na Lei n. 13.415 de 16/02/2017, é uma nova forma de distribuição do conhecimento socialmente produzido, colocando o ensino médio a serviço da produção de sujeitos técnica e subjetivamente preparados do ponto de vista instrumental, tendo em vista os interesses do capital. Daí a pouca atenção voltada à formação de sentido amplo e crítico, ou sua secundarização, assim como a exclusão, como obrigatórias, de disciplinas como Filosofia e Sociologia. (Krawczk e Ferretti, 2017, p38)

Krawczk e Ferretti,(2017) indicam que a ideia da flexibilização da, como palavra chave para entendermos as mudanças que se dão no ensino médio desde o início dos anos 1990, até a atual reforma do ensino médio promulgada na lei 13.415 de 16/02/2017, essa flexibilização indica uma, uma precarização do ensino quanto da carreira docente, a primeira forma de

precarização se deve aos itinerários e sua falsa ideia de escolha, onde a sociedade é induzida a pensar que os alunos têm a opção sobre qual segmento farão, mas a oferta de segmentos e conteúdos fica a cargo das secretarias de educação, existindo a possibilidade de alguns colégios não ofertarem em todas as áreas. já na carreira docente eles indicam a possibilidade da terceirização dos serviços de educação pelos estados, principalmente durante o ensino médio integrado. falarei disso mais abaixo, onde explano a realidade da educação no Estado do Paraná.

O repertório selecionado na matriz curricular revela um alinhamento com a formação economicista, adequado ao modelo da empresa, reduzindo e substituindo os conteúdos que historicamente constituem os fundamentos científicos, filosóficos e artísticos da humanidade pelo escopo das competências, com marcadas distinções teórico-epistemológicas. (Silva, Barbosa e Korbes, 2022, p405)

As disputas acerca da criação da base curricular nacional se dão no seio de um espaço social em que vários agentes - com acúmulos desiguais de variados capitais e com ethos, interesses e estratégias diversos - buscam fazer valer sua posição como legítima e encaminhar seus desígnios (MICHETTI, 2020), dentre esses atores que participaram na formulação da bncc, temos atores públicos e privados de fundações familiares e empresas defendendo as mudanças educacionais, como o Movimento todos pela educação e a fundação Lemann.

A tendência de órgãos de viés liberal influenciarem na educação não é algo visto apenas no Brasil, mas sim algo presente em vários países ao redor do mundo:

Deve-se lembrar que, embora essa concepção tenha surgido nos países mais ricos, a tendência à privatização do sistema de ensino diz respeito igualmente, se não mais, aos países menos desenvolvidos. O Banco Mundial, cuja missão geral é “fortalecer economias e ampliar os mercados para melhorar em todo mundo a qualidade de vida das pessoas, sobretudo as dos mais pobres”, tenta pôr em ação todos os meios necessários para promover essa orientação. Teóricos liberais muito influentes no Banco Mundial desenvolvem análises extremamente favoráveis à privatização dos serviços de ensino. Aplicando sem muita originalidade os dogmas vigentes, um dos especialistas do banco mundial nessa área, Harry Patrinos sustenta que essa via possibilitará o aumento do nível geral da educação e a melhoria da eficiência do sistema educacional. (Laval, 2019 p 119)

Vemos que em suas justificativas o Ministério da Educação (MEC, 2023) apresenta a reforma do ensino médio como algo que veem de acordo com os anseios sociais, sobre o que as pessoas querem e precisam, no entanto, mais à frente veremos que dentro da disputa dentro do espaço social, que reformularam o currículo escolar no Brasil, a lógica que determinou a operacionalização do ensino brasileiro, é a lógica de mercado.

Para entendermos a reforma do ensino médio dentro de suas características, parto do fato, que ela foi implantada por um governo controverso, de baixa aprovação popular e legitimidade questionada, pois chegou ao poder após um processo de *impeachment*, articulado

por um vice-presidente com apoio de setores conservadores e empresariais da sociedade, defendendo propostas que iriam ao interesse desses setores, e pouco se importando com a opinião ou necessidades da grande massa brasileira. Isso se reflete nas reformas aplicadas por esse governo, pois além da reforma do ensino médio, também trouxeram ao debate nacional, propostas polêmicas como a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Não irei focar em todas as reformas, mantendo nosso recorte apenas ao “universo” educacional, mas elas servem para percebermos como a visão neoliberal foi norteadora das políticas nacionais desse governo que era sustentado por uma base conservadora, que dentro das suas características tem uma visão particular da relação do público e privado, que através dessa “lente” ideológica, pensam e implantam essa visão as instituições de Estado.

Buscando entender o momento presente da relação entre Sociedade Estado e Educação, estudando as relações sociais e a força dentro da sociedade capitalista, observa-se como os atores do sistema capitalista impõe um currículo para a educação e uma gestão visivelmente liberal e como as diretrizes da educação brasileira está sobre esta lógica (LAVAL, 2019).

O mercado como instituição que atualmente impõe a forma de atuação dos atores do mundo, espalha seus "tentáculos" por todas as partes, a educação e o que é ensinado não seria algo diferente. O currículo colocado na nova base nacional comum curricular, partiu de grupos de interesses como o Instituto Lemann e o Todos pela Educação, que através de *Lobby* influenciam diversos setores da sociedade para instituir as políticas desejadas por eles e que atendessem a formação de uma pessoa voltada às necessidades do mundo do trabalho de forma acrítica . (SILVA e SCHEIBE, 2017)

Tendo por base que as reformas da educação tem um cunho neoliberal, a presença da influência do neoliberalismo não é algo de hoje ou que surgiu no Brasil, mas está presente na implementação desse modelo político e econômico desde os anos 90,(SILVA e CARVALHO,2021) tendo em vista que nessa ideologia, todos os setores do Estado podem ser privatizados, tendo apenas o Estado como mantenedor financeiro desses serviços.

O neoliberalismo é uma teoria política econômica segundo a qual o bem-estar humano será tanto maior quanto mais livre os indivíduos para empreender; pressupõe um arcabouço institucional caracterizado pela proteção forte do direito de propriedade e do livre mercado. Ao estado cabe uma intervenção mínima, apenas para garantir a integridade do dinheiro, e manter um aparato para defesa militar e policial, além de um sistema jurídico que defenda a propriedade. Em última análise, o neoliberalismo procura trazer todas as ações humanas ao domínio de mercado (HARVEY, 2005, p 3-2).

Considerando essa definição do neoliberalismo, vimos que tratando-se da educação, a ideologia neoliberal apresenta uma forma própria dentro das relações sociais e econômicas, a ideia de uma educação republicana não se encontra aqui, sendo o conhecimento um bem coletivo mas algo individualizado.

Escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura de seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade (Laval, 2019 p.17).

O Neoliberalismo não se apresenta apenas nas ações mais concretas como se existisse um manual fechado do neoliberalismo, ele estará presente nas formas mais subjetivas de elaboração das políticas educacionais como nas formas mais subjetivas, de como os gestores do poder público elaboram e aplicam suas políticas na sociedade.

O neoliberalismo contesta a ingerência do Estado na produção de bens e serviços, seja no transporte, na saúde ou na educação. Questiona de maneira mais radical a própria intervenção do Estado na oferta de ensino, o que não impede de considerar - ao contrário, aliás - a necessária "solvabilidade" da demanda na educação básica (Laval, 2019 p. 113).

Laval aponta que, dentro das disputas que determinam a visão dominante sobre o ambiente escolar e todo o resto da sociedade, uma visão utilitarista dos serviços prestados, de acordo com a visão econômica dominante, a escola nesse contexto está a serviço dos setores dominantes, os conhecimentos valorizados e a forma de gerir o espaço escolar.

Os itinerários formativos têm se revelado como um obstáculo na formação escolar no ensino médio devido a alguns elementos. Em primeiro lugar, nem todas as escolas têm a capacidade de oferecer todos os itinerários em todas as áreas de formação, o que torna a opção de escolha dos itinerários pelos estudantes uma ilusão. Essa crítica é apontada por especialistas em educação e também é algo que presenciei pessoalmente.

Esses itinerários dificultam o ingresso de estudantes no nível universitário, uma vez que não fornecem a mesma formação técnico-profissional oferecida pelas instituições federais de escolas técnicas e públicas, conforme mencionado pela autora. Em geral, a desigualdade no ensino entre as escolas públicas e privadas aumentou. Enquanto nas primeiras há falta de infraestrutura e apoio técnico para os itinerários formativos, nas segundas, toda a infraestrutura necessária é integrada e os itinerários formativos são utilizados de forma integral para preparar os alunos para o ensino superior.

A reforma do ensino médio permitiu que em cada secretaria de estado implementasse as mudanças curriculares de forma autônoma, não existindo duas unidades com um mesmo currículo, principalmente quando falamos das disciplinas dos itinerários formativos, a forma de sua implementação depende de cada estado e das lutas políticas dentro de cada secretaria de educação. Por ter atuado profissionalmente em dois estados difere, pude ver essas mudanças em primeira mão. aqui me dedicarei a explicar as características de cada um.

2.1 Educação no Paraná e Mato Grosso do Sul

Primeiramente irei falar do Paraná, meu estado de origem e onde a maior parte da minha trajetória profissional aconteceu. tenho que destacar que dentro desse estado a relação entre os Governos e servidores públicos de educação é de descaso e falta de comprometimento, isso se deve a falta de compromisso dos governos estaduais em correção salarial, diminuição das horas atividades dos professores, a falta de concursos públicos para contratação de novos professores para o quadro efetivo da docência, tendo uma diferença de 10 anos entre os dois últimos concursos realizados no estado.

Entre a relação docentes e governo estadual paranaense, não posso deixar de destacar o ocorrido no dia 29/04/2015, quando o então governador Beto Richa (PSDB) autorizou um massacre contra docentes e outros servidores que protestavam contra a votação na assembleia legislativa, onde a pauta era a retirada de direitos dos servidores estaduais. Esse evento que ficou conhecido como “Massacre do Centro Cívico” marcou a história paranaense, encerrando qualquer possibilidade de diálogo “diplomático” entre profissionais da educação e professores, desde então, o dia 29/04 se tornou um dia de luta contra os abusos do governo.

Com o fim a era Richa quem assumiu o cargo de governador foi seu ex-secretário de Desenvolvimento Urbano Ratinho Júnior (PSD), que junto do cargo, assumiu uma posição de pouco diálogo com os servidores da educação pública e iniciou uma trajetória de desmonte desse setor que com a reforma do ensino médio ganha mais velocidade.

Um nome importante da educação paranaense e de seu projeto privatista, é o ex-secretário de educação, Renato Feder, que durante o período de 2019-2022, implantou uma política de flexibilização da educação pública paranaense.

Vale destacar a ligação entre Feder, é ex-CoCEO, da empresa Multilaser, umas das principais responsáveis por fornecer computadores, tablets e outros equipamentos de informática para a secretaria de educação. Isso está diretamente ligado com as formas que a política de educação vem sendo desenvolvida, tanto no olhar liberal empresário que assume a gestão de uma secretaria e nela colocará sua visão de mundo, quanto na percepção de um

acionista de uma empresa que lucra com os as venda de equipamentos para o setor de serviços que ele administra.

As transformações da escola paranaense durante a gestão Radinho/Feder, só profundas, não sendo apenas voltadas para a o lado econômico, de um currículo e gestão liberal, mas é marcada inclusivamente por uma pauta moral da educação. O Governador Ratinho Jr, em seu primeiro mandato, foi um aliado do então presidente, Jair Messias Bolsonaro (PSL), um político de viés autoritário, conservador e militarista, que via na educação não um espaço de transformação e melhoria social, mas um espaço de desordem e caos, que apenas a lógica militar poderia corrigir. Foi nessa lógica, de apoio bolsonarista, que foram implantadas no Paraná as escolas cívico-militares, que segundo justificativa dada a época, traria ordem e desenvolvimento as escolas, sendo um novo modelo de escola para o estado.

O modelo das escolas cívico-militares não é o, mas faz parte do quadro geral a ser analisado, sendo esse um assunto que necessita de uma profundidade e análises próprias, mas ela serve para destacar como o currículo liberal, vieram juntamente com esse modelo de educação.

Foi com a militarização das escolas, que disciplinas do quadro de humanidades, como sociologia, filosofia e artes passaram de duas para uma aula semanal, para a entrada da disciplina de educação financeira, na educação básica.

A entrada da disciplina de educação financeira no quadro básico da educação foi como um golpe para os professores da área das humanidades que tiveram seu número de aulas por turma reduzidos para a entrada dessa disciplina, esta que é aplicada por professores da área de matemática.

No acompanhamento feito por Silva, Barbosa e Korbés (2022) essa mudança curricular foi uma decisão vertical da SED, que não consultou nem um dos envolvidos e não apresentou justificativas fundamentadas para essa mudança, o que afeta os princípios da gestão democrática das escolas.

Dentre os principais pontos da argumentação contrária à alteração da matriz curricular, é oportuno destacar que o processo foi desprovido da participação da comunidade escolar, ferindo o princípio da gestão democrática; a proposta de padronização curricular confere legitimidade à avaliação sem larga escala e retira a autonomia das escolas; a substituição das humanidades por educação financeira (sem objeto claro de estudos) traria prejuízo para a formação dos/as estudantes. As manifestações não foram atendidas, a Instrução Normativa não foi revogada e, em fevereiro de 2021, a distribuição de aulas seguiu tal orientação. (Silva, Barbosa Korbés, 2022, p 403)

Segundo os autores as consultas que ocorreram posteriormente, foram engodos, pois não permitiam a participação ampla das pessoas.

O mato grosso do sul é um estado mais jovem, fruto da divisão territorial do antigo do estado do Mato grosso no ano de 1977, durante o governo Geisel, por isso pode ser considerado um estado jovem, suas cidades são pequenas, tendo em média duas escolas por município, 79 ao todo. é um estado de economia de base agropecuária....

Entre as políticas educações desse estados, encontramos diferenças e semelhanças com seu vizinho mais ao Leste. Aprimeira a ser destacada é o número maior de concursos públicos que o paraná, tendo os ultimos acontecido no ano de 2022, 2018 e, apesar disso a relação entre professores e governo estadual não é a mais pacífica. As informações a seguir segue minha observação no cotidiano escolar, sobre os fatos que mais movem a discussão no ambiente de trabalho.

Quando falamos da carreira docente e como os governos lidam com ela. como já citado acima, minha chegada a esse estado se deve ao fato de eu ter sido aprovado em um concurso no ano de 2022, o que permitiu que eu abandonasse a realidade precária de professor PSS, para assumir um cargo com estabilidade contratual e recebendo um salário consideravelmente maior do que eu recebia no meu estado de origem. no entanto a realidade dos concursos no mato grosso do sul não se mostrou tão "pacífica" e organizada, quanto eu poderia imaginar. A relação entre o governo estadual e docentes sul mato grossense é de embate e pouco diálogo, em 2019, o governador Reinaldo Azambuja, decretou a diminuição salarial dos professores que trabalham em regime temporário,

O concurso anterior ao meu, que aconteceu no ano de 2018, ainda sofre de críticas dos colegas de trabalho, tanto dos professores temporários como dos efetivos que passaram por esse processo, segundo relatos, a prova foi feita “apenas por fazer” ou “para o governo dizer que fez”, segundo relatos, o nível de dificuldade da prova era mais elevado do que uma prova de concurso costuma ter, além de erros na própria diagramação da prova, onde, em algumas questões de múltipla escolhas todas as alternativas vinham em letra minúscula, menos uma, em maiúscula, isso teria induzido muitos dos participantes ao erro. ao final esse concurso teve uma aprovação mínima, (estou buscando o número exato de contratados).

Após a o concurso de 2018, o concurso de 2023 foi feito mais aos moldes dos concursos tradicionais, em duas etapas com questões de múltiplas escolha e prova escrita, no entanto a contratação dos professores para o quadro efetivo foi muito menor do que a real demanda do estado.

Outra queixa que envolve o relação docente, está na diferença salarial, enquanto a secretaria de educação anuncia que os professores do estado do mato grosso do sul tem a maior remuneração do Brasil, no entanto essa remuneração é apenas a metade para o quadro de professores temporários, mesmo fazendo a mesma função que um docente concursado.

Referente ao novo ensino médio o governo sul mato grossense iniciou a reforma logo em seu inicio, aumento de carga horária e supressão de língua portuguesa e espanhol, feita sem discussão com os interessados

A alteração dos componentes curriculares e dos objetivos ocorreu também na matriz da Resolução nº 3.675/2020 (MATO GROSSO DO SUL, 2020a), a ser operacionalizada nas escolas com carga horária ampliada de 30 horas/aulas semanais, com aulas presenciais e não presenciais. Foram estabelecidos como componentes para as aulas não presenciais: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Biologia no 1º ano, Química no 2º ano, Física no 3º ano e Eletiva I. Portanto, 25 aulas presenciais e cinco não presenciais. Essa matriz foi operacionalizada em três escolas de ensino médio da rede estadual de ensino com EaD, localizadas em Campo Grande, Deodápolis e Dourados(FERBONI,2022 p,385)

A participação da SED como defensora do ensino novo no currículo do ensino médio foi importante para sua implantação, segundo Ferboni, defendendo a ideia de um “clamor popular da nação” para essa reforma, e desconsiderando as opiniões e dados científicos que se posicionaram a reforma . Eles indicam que o projeto neoliberal da educação visa impedir a circulação de ideias, deslegitimar a carreira docente, incentivar o empreendedorismo, as privatizações, diretas ou indiretas.

Como recorte dessa pesquisa, irei analisar qualitativamente a implantação do novo ensino médio em duas unidades federativas, Paraná e Mato Grosso do Sul, uma vez que estes estados estão relacionados à minha trajetória profissional, que iniciou no estado do Paraná como professor temporário e se encerrou quando assumi um concurso como efetivo no estado vizinho. Enquanto professor da rede estadual paranaense, dando aulas de sociologia para turmas do ensino médio regular e médio técnico, pude testemunhar um esvaziamento da carreira docente, vendo uma entrega dos serviços administrativos e docentes para iniciativa privada, com a terceirização dos serviços administrativos das escolas, que anteriormente eram feitos por profissionais concursados, atualmente sendo feito por empresas especializadas

Ao chegar no Estado de Mato Grosso do Sul, vi no NEM aplicado de forma plena, estando presente nos três anos do ensino médio, foi nesse momento que eu assumi a disciplina de itinerários de ciências humanas e projeto de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo um assunto atual em constante evolução, é crucial compreender o novo ensino médio e os atores sociais envolvidos em sua formulação para promover mudanças significativas e moldar o futuro da educação brasileira. A educação desempenha um papel fundamental na formação social, tornando esse levantamento uma etapa indispensável, pois revela a insatisfação das partes envolvidas na implementação da abordagem neoliberal em relação à qualidade da formação oferecida aos jovens. Nesse sentido, o direcionamento da educação determinará os rumos que a sociedade brasileira seguirá adiante. No entanto, compreender os impactos dessa realidade exigirá ainda mais pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. **Medida provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016**. Brasília, DF, set 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em 10.dez 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio: perguntas e respostas [Brasília] Ministério da Saude, acesso em 11 de maio de 2023

DA SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 19–31, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.769. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 9 mai. 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: Historia e Implicações**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 223 p.

JACOMINI, M. A. Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 267– 283, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1569. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1569>. Acesso em: 9 jun. 2023.

KRAWCZYK,NORA ; FERRETI, C. . Flexibilizar para quê? Meias verdades da - reforma-.**Revista Retratos da Escola** , v. 11, p. 33-44, 2017.Disponivel em

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757/pdf>. Acesso em: 23 de maio. 2023

21

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. Londrina: Planta, 2004.

PERBONI, F.; LOPES, M. de L. de M. F. Reforma do ensino médio no Mato Grosso do Sul. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 377–397, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1490. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1490>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SILVA, G. da; CARVALHO, D. A cultura da avaliação e da responsabilização nas reformas educacionais pós-1990. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 24, n. 44, p. 397– 421, 2021. DOI: 10.36704/eef.v24i44.5867. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/5867>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SILVA, Mônica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Cleci. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 16, n. 35, p. 399-417, mai./ago. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190–202, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2707>. Acesso em: 9 jun. 2023.

